2.3.12 — Autorizar as despesas resultantes de indemnizações a terceiros ou da recuperação de bens afetos ao serviço danificados por acidentes com intervenção de terceiros;

2.3.13 — Autorizar despesas eventuais de representação dos serviços, bem como as de carácter excecional;

2.3.14 — Autorizar o processamento de despesas cujas faturas, por motivo justificado, deem entrada nos serviços para além do prazo regulamentar;

2.3.15 — Assinar contratos de locação e aquisição de bens e serviços na sequência de procedimentos e despesas legalmente autorizadas;

2.3.16 — Autorizar os processamentos referentes aos abonos devidos por deslocações em serviço, despesas com aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

2.3.17 — Autorizar deslocações em serviço, em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte;

2.3.18 — Autorizar a prestação de serviços e a venda de produtos próprios, atualizando os respetivos preços.

2.3.19 — Superintender na utilização racional das instalações e das viaturas afetas ao respetivo serviço ou órgão, bem como na sua manutenção e conservação e beneficiação;

2.3.20 — Velar pela existência de condições de saúde, higiene e segurança no trabalho, garantindo, designadamente, a avaliação e registo atualizado dos fatores de risco, planificação e orçamentação das ações conducentes ao seu efetivo controlo;

2.3.21 — Promover a melhoria de equipamentos que constituam infraestruturas ao atendimento;

2.3.22 — Gerir de forma eficaz e eficiente a utilização, manutenção e conservação dos equipamentos afetos ao respetivo serviço ou órgão.

2.3.23 — Autorizar a prestação de trabalho suplementar, incluindo o prestado, em dias de descanso e em feriados;

2.3.24 — Autorizar a prática de modalidades especiais de horário de trabalho, nos termos previstos no Regulamento de Horário de Trabalho e na Lei;

2.3.25 — Acompanhar e decidir sobre a elaboração do balanço social;

2.3.26 — Praticar todos os atos relativos à aposentação do pessoal e, em geral, todos os atos respeitantes ao regime de segurança social;

2.3.27 — Qualificar como acidente em serviço os sofridos pelo pessoal e autorizar o processamento das respetivas despesas;

2.3.28 — Requerer a apresentação à junta médica ordinária e extraordinária da Caixa Geral de Aposentações;

2.3.29 — Autorizar a acumulação de atividades ou funções, públicas ou privadas, nos termos da lei;

2.3.30 — No âmbito das Sub-Regionais, despachar todos os processos que correm nos mesmos, dentro das áreas de competência ora delegadas;

2.3.31 — Praticar os atos da competência dos titulares de cargos de direção intermédia relativamente aos trabalhadores das Sub-Regionais que desenvolvem as suas atividades no âmbito dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais, bem como de expediente e atendimento.

2.4 — Fazer cumprir as obrigações definidas nos termos da lei para o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP 2 e 3);

2.4.1 — A Homologação das Avaliações de Desempenho no âmbito do SIADAP 2 e 3;

2.4.2 — A avaliação de desempenho dos titulares de cargos de direção intermédia de 1.º grau dos serviços de apoio jurídico e à administração local.

2.5 — Representar a CCDR LVT em juízo e fora dele no âmbito dos processos integrados na esfera de competências ora delegadas.

2.6 — As competências inerentes à execução dos regimes de incentivos do Estado à comunicação social e à leitura de publicações periódicas;

2.7 — Assinar a correspondência e outra documentação relativa às matérias ora delegadas.

3 — Nos termos do disposto na alínea *a*) do artigo 50.º do CPA, revogo as delegações de competências constantes dos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do meu Despacho n.º 10483/2014, de 31 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 13 de agosto de 2014, bem como o Despacho n.º 15685/2014, de 17 de dezembro de 2014, publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 251, de 30 de dezembro de 2014.

4 — Designo meu substituto legal o Vice-Presidente, Licenciado José Pedro Fernandes Barroso Dias Neto e nas suas faltas, o Vice-Presidente, Licenciado Fernando Sousa Ferreira.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, considerando-se ratificados os atos entretanto praticados que se incluam no seu âmbito.

13 de abril de 2015. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *João Pereira Teixeira*.

208570168

Direção-Geral do Património Cultural

Anúncio n.º 77/2015

1 — Nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, faço público que por meu despacho de 14 de abril de 2015 foi determinada a abertura do procedimento de classificação como de interesse nacional da Coleção Numismática Carlos Marques da Costa, cuja proteção e valorização representam valor cultural de significado para a Nação, nos termos do n.º 4 do artigo 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

2 — A referida coleção está em vias de classificação, de acordo com o n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, ficando a constar do inventário, nos termos do n.º 6 do artigo 19.º do mesmo diploma.

3 — Estando em vias de classificação, a Coleção Numismática Carlos Marques da Costa não pode ser objeto de desmembramento ou dispersão e fica abrangida pelas demais disposições legais em vigor, designadamente os artigos 32.º, 34.º, 36.º, 57.º, 59.º e 65.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

14 de abril de 2015. — O Diretor-Geral, *Nuno Vassalo e Silva*.

208572103

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 4327/2015

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional, Local do Estado (Estatuto do Pessoal Dirigente), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal, a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública; e

Considerando os resultados obtidos em sede de procedimento concursal desenvolvido nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente, para o cargo de subdiretor-geral da área de Planeamento, Organização e Comunicação, da Autoridade Tributária e Aduaneira, e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 6 do artigo 19.º do referido Estatuto:

1 — Designo, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, e na sequência de procedimento concursal, o licenciado Manuel José Espanhol Gonçalves Cecílio para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de subdiretor-geral da área de Planeamento, Organização e Comunicação, da Autoridade Tributária e Aduaneira, a que se refere o n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, e o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 118/2011, de 15 de dezembro.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

13 de abril de 2015. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

Nota Curricular

1 — Dados pessoais

Nome: Manuel José Espanhol Gonçalves Cecílio.

Data de Nascimento: 24 de março de 1958.

2 — Habilitações académicas

Bacharelato em «Contabilidade e Administração», Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

Licenciatura em «Auditoria Contabilística», Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

Curso de Estudos Superiores Especializados em «Contabilidade e Administração Fiscal», Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.